



O CAPITALISMO NA ERA DIGITAL E OS PROCESSOS DE PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: análise da reforma do ensino médio e do componente curricular projeto de vida

Daniela de Oliveira Pires¹

Renata Peres Barbosa²

RESUMO

O objetivo do estudo é analisar o alinhamento da Reforma do Ensino Médio com as novas capilaridades da privatização, mercantilização e financeirização da educação no estado do Paraná. Como forma de materialização do contexto do avanço do capitalismo na era digital e dos processos de plataformização em escala global, buscou-se compreender a influência do Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE) na elaboração do eixo "Projeto de Vida", em um processo de correlação de forças sociais, por meio de projetos societários em disputa, com destaque para os recursos públicos direcionados a iniciativa privada e a forma de privatização por meio do currículo. A metodologia utilizada para a realização do estudo foi a pesquisa bibliográfica e documental, procurando compreender a inserção de novas formas de privatização, que adquirem maior influência, submetendo a escola pública aos setores privados, sob a alegação da melhoria da qualidade da educação e da gestão escolar por meio da relação entre o público e o privado, acaba-se fazendo com que o setor privado imponha a sua lógica de mercado aos processos educacionais com implicações para o currículo escolar.

Palavras-chave: Reforma do Ensino Médio. Projeto de Vida. Privatização da Educação.

CAPITALISM IN THE DIGITAL AGE AND THE PRIVATIZATION PROCESSES OF EDUCATION: analysis of the high school reform and the curricular component 'life project'

ABSTRACT

The objective of the study is to analyze the alignment of the High School Reform with the new capillaries of privatization, commercialization and financialization of education in the State of Paraná. As a way of materializing the context of the

¹ Doutora em Educação pela Universidade Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS. Professora Adjunta do Setor de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR) Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-6671-9195>. E-mail: danielaopires77@gmail.com

² Pós-Doutora em Educação pela Universidade de Lisboa. Professora Adjunta do Setor de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-3545-2421>. E-mail: re_pbarbosa@hotmail.com

advancement of capitalism in the digital era and the processes of platformization on a global scale, we will understand the influence of the Institute of Co-responsibility for Education (ICE) in the elaboration of the "Life Project" axis, in a process of correlation of forces social projects, through disputed corporate projects, with emphasis on public resources directed to the private sector and the form of privatization through the curriculum. The methodology used to carry out the study was bibliographic and documentary research, seeking to understand the insertion of new forms of privatization, which acquire greater influence, subjecting public schools to the private sectors, because, under the allegation the quality of education and school management through the relationship between the public and the public, it ends up causing the private sector imposes its market logic on educational processes with implications for the school curriculum.

Keywords: High School Reform. Life Project. Privatization of Education.

EL CAPITALISMO EN LA ERA DIGITAL Y LOS PROCESOS DE PRIVATIZACIÓN DE LA EDUCACIÓN: análisis de la reforma de la enseñanza media y del componente curricular proyecto de vida

RESUMEN

El objetivo del estudio es analizar el alineamiento de la Reforma de la Enseñanza Media con los nuevos capilares de privatización, comercialización y financiarización de la educación en el Estado de Paraná. Como una forma de materializar el contexto de avance del capitalismo en la era digital y los procesos de plataformización a escala global, comprenderemos la influencia del Instituto de Corresponsabilidad Educativa (ICE) en la elaboración del Proyecto "Vida Eje "Proyecto", en un proceso de correlación de fuerzas entre proyectos sociales, a través de proyectos corporativos disputados, con énfasis en los recursos públicos dirigidos al sector privado y la forma de privatización a través del currículum. La metodología utilizada para realizar el estudio fue bibliográfica y documental. investigación, buscando comprender la inserción de nuevas formas de privatización, que adquieren mayor influencia, sometiendo las escuelas públicas a los sectores privados, bajo el alegato de mejorar la calidad de la educación y la gestión escolar a través de la relación entre lo público y lo público, termina haciendo que el sector privado imponga su lógica de mercado a los procesos educativos con implicaciones para el currículo escolar.

Palabras clave: Reforma de la escuela secundaria. Proyecto de vida. Privatización de la educación.

INTRODUÇÃO

Esse artigo pretende estudar, a partir do movimento do real, inserido no contexto global de financeirização, mercantilização e plataformização da educação, o ajustamento da Reforma do Ensino Médio no estado do Paraná, a partir da elaboração do eixo "Projeto de Vida", sob a influência do Instituto

de Coresponsabilidade pela Educação (ICE) e o consequente fortalecimento dos processos de privatização na promoção da educação pública.

Instituída por Medida Provisória - MP nº 746/2016 (BRASIL, 2016), a aprovação da Lei nº 13.415/2017, conhecida como Reforma do Ensino Médio (BRASIL, 2017), se dá em meio a um contexto nacional conturbado, de enfraquecimento das instituições sociais e fragilização do Estado como garantidor de direitos, alinhadas com estratégias político-ideológicas neoliberais, marcado por uma economia financeirizada, pela ampliação da precarização laboral e crescentes desigualdades sociais.

A aprovação da Reforma do Ensino Médio evidencia as intensas disputas e interesses distintos pelo projeto formativo destinado às juventudes brasileiras, demarcada por interferências de interlocutores do setor privado e grupos empresariais, que se alinham às demandas do sistema produtivo e grandes corporações. Diante de tal cenário, é possível observar a inserção de novas formas de privatização na educação, que adquirem maior capilaridade e são potencializadas pela Reforma do Ensino Médio devido à expansão das possibilidades do estabelecimento de parcerias público-privado estabelecidas pela lei (Barbosa; Pires, 2023).

O enfoque selecionado, para efeitos analíticos do presente estudo, deteve-se na análise componente curricular Projeto de Vida, que adquire centralidade e notoriedade nas atuais Reformas educativas voltadas para o Ensino Médio, alvo de atenção e disputas por entidades do setor privado.

O conceito de privatização será compreendido por meio das dimensões da oferta e do currículo (Adrião, 2018). É necessário reconhecer as múltiplas formas de privatização da educação, por meio da disputa pelo fundo público e/ou do controle da direção e da execução (Rikowski, 2017). Tal conjuntura está relacionada com a lógica de promoção da educação pública, com o propósito de satisfazer aos interesses privados, ampliando com isso, sua influência política e econômica, pois uma instituição externa ao seu funcionamento, ficará responsável pelo direcionamento das questões relativas à proposta curricular com implicações para a promoção da educação.

Durante a década de 1990, especificamente em 1995, correspondeu ao ano de aprovação do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), e que vai dispor sobre a necessidade de firmar parcerias com a esfera privada na consecução dos direitos sociais. A consequência foi a alteração na promoção das políticas sociais, uma vez que essas deixam de significar uma responsabilidade exclusiva do Estado o qual repassa parte execução para setores da sociedade civil.

A partir do PDRAE, as noções de público e privado, tornam-se fronteiras nebulosas, provocando uma espécie de confusão conceitual, quando são criadas as instituições “pública não-estatais”. As entidades públicas não-estatais rompem com as noções de público e privado, podendo ser definidas como ações de entes particulares, mas como um propósito público.

O estudo parte da premissa de que as crises não têm origem nos Estados nacionais, mas sim consequências das crises cíclicas do próprio sistema capitalista. Tal premissa é baseada em estudos de autores como Itsván Mészáros (2002) e Ricardo Antunes (2002). De acordo com Vera Peroni (2006), tendo em vista o diagnóstico da crise estrutural do capital, foram adotadas como estratégias para a sua superação, o neoliberalismo, a globalização, a terceira via e a reestruturação produtiva.

Para fins desta análise, entendemos que o Estado ao repassar parcela de sua obrigatoriedade com a educação para determinados segmentos da sociedade civil, não se trata de uma contraposição, pois em uma sociedade de classes, no qual as relações entre a esfera do público e do privado são perpassadas por interesses mercantis. Tendo como base esta concepção, enfocamos a relação mercantil, onde o privado está vinculado ao mercado e influência na direção e na execução das políticas educacionais.

A partir da compreensão do Estado enquanto relação social (Jessop, 2016), parte-se da premissa que o setor privado quando atua, é orientado segundo os seus interesses de classe, como parte do movimento estruturante da esfera pública, e ao mesmo tempo, integra parcela da sociedade civil, representando os interesses de parcela hegemônica do capital.

A metodologia utilizada para a realização da pesquisa foi a análise bibliográfica e documental. O estudo foi estruturado em três seções de desenvolvimento. Na primeira parte, foi analisado o contexto da reforma do Estado brasileiro dos anos 1990 e a adoção da Nova Gestão Pública, no contexto da crise estrutural do capitalismo, bem como suas estratégias de superação, no qual o direito à educação, está inserido em uma lógica de transferência da titularidade do poder público para o mercado na execução das políticas públicas educacionais.

Na segunda parte, passados 30 anos desde a promulgação do PDRAE, vivencia-se a partir da crise estrutural do capitalismo de 2008, se observa a influência das corporações globais na esfera educacional, baseadas nas tecnologias digitais em uma conjuntura que poderia ser definida como do capitalismo na era digital.

Logo após, passaremos a demonstrar, com relação a proposta da Reforma do Ensino Médio, especificamente o Projeto de Vida, no qual se evidencia o não rompimento com o setor privado mercantil, mas o seu fortalecimento.

5

A Reconfiguração do papel do Estado nos anos 1990 e as reformas educacionais

A partir dos anos 1990, com a reforma do Estado brasileiro, não somente a educação, como os demais direitos sociais (saúde, assistência social, trabalho, seguridade, segurança) passam a contar com a participação da sociedade civil e, não mais prioritariamente pela esfera estatal no que diz respeito às suas demandas. A reforma implicou em um aprofundamento da relação entre o público e o privado, no campo de atuação das políticas sociais, uma vez que tal obrigação deixa de ser exclusiva do Estado, pois vem sendo descentralizado para os entes privados.

Podemos constatar que o mercado se torna o agente regulador da vida em sociedade, sob o argumento de que a esfera privada é mais eficiente que a esfera pública. Para José Luís Sanfelice:

[...] o Estado passa a ser foquista nas políticas sociais e vai jogando tudo para o mercado. O Estado faz política de foco. São políticas de gerenciamento das tensões maiores ou aquelas que exigem investimentos que o setor privado não quer fazer. [...] A mercantilização dos direitos sociais não politiza a sociedade civil (Sanfelice, 2005, p 62).

Assim, a promoção das políticas educacionais deve ser realizada seguindo uma lógica que favoreça as relações de mercado, tendo como estratégia a privatização das instituições públicas, passando a responsabilização para o mercado.

Na década de 1990, surge na Inglaterra uma orientação política que se define como uma alternativa ao neoliberalismo e a antiga socialdemocracia, qual seja a terceira via, que possui como um dos seus teóricos Antony Giddens e pretendia “adaptar a socialdemocracia ao mundo que se transformou fundamentalmente ao longo das duas ou três últimas décadas” (Giddens, 2001, p.36).

A estratégia adotada pela terceira via promoção dos direitos sociais foram as parcerias entre o Estado e a sociedade civil, estabelecendo com isso, novas regulamentações entre a esfera pública e a privada. Ao prevalecer à sociedade de tipo solidário, voluntariosa, chamada pela Terceira Via de sociedade ativa, tem como consequência o fortalecimento da relação entre o público e o privado, no qual o poder público financia, na maioria das vezes, a prestação das políticas sociais, que são executadas seguindo uma lógica privatista.

É importante destacar que as reformas nos Estados Nacionais durante a década de 1990, receberam a influência dos organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (Shiroma, Moraes, Evangelista, 2004).

No caso brasileiro com a implementação da Nova Gestão Pública (NGP) baseada na meritocracia, individualismo, competitividade e o foco nos resultados, influenciou tanto a administração pública federal, quanto a gestão educacional e escolar (Oliveira; Duarte; Clementino, 2017).

A consequência foi que o poder público continuou e continua a financiar a educação, ao passo que a esfera privada se impõe, com a prevalência da sua orientação mercantil empresarial nos sistemas de ensino. Neste sentido, a educação estava situada como um eixo entre a reforma e a produtividade, ocorrendo, para tanto, mudanças de ordem prática no sistema educativo, tais como: maior flexibilidade, descentralização e competitividade, acarretando com isso, em novos marcos conceituais. No próximo tópico, iremos apresentar o contexto atual das reformas educacionais relacionados com os processos de financeirização, plataformização e privatização da educação em escala global.

O capitalismo na era digital e as tecnologias educacionais digitais sob a égide dos conglomerados globais

Passados 30 anos da aprovação do PDRAE, o centro da política educacional se volta novamente a lógica da melhoria da qualidade da educação, porém, agora com base em orientações privatistas das corporações globais educacionais, como a Google e a Microsoft.

Em que pese, neste momento particular do capitalismo na sua era digital, sob a influência dos conglomerados educacionais globais, a gestão privada estabelece como o novo *ethos* escolar, a racionalidade estratégica, de perfil técnico e digital. Dentre as justificativas apresentadas está a adequação à nova ordem globalizada, o que de fato ocorreu foi que, os países para se tornarem “atrativos” aos investimentos internacionais, dentro da nova ordem de concorrência por mercados, frizam-se cada vez mais voláteis, diminuíram suas taxas de lucro e ofereceram uma série de vantagens financeiras, gerando com isso, prejuízo para as suas próprias economias.

Tais orientações não ocorrem sem embates e críticas por parte de uma grande parcela da comunidade acadêmica e dos sujeitos envolvidos no processo de aprendizagem nas escolas. A relação entre o público e o privado na educação possui o condão de guiar a educação pública para que se

privilegie a formação, para o atendimento, essencialmente, das necessidades do mercado, e não visando a emancipação dos indivíduos.

Com isso, as escolas públicas se vêm diante de uma lógica que não privilegia o ideário democrático do ensino, e sim, a lógica de mercado e da competição. A educação, quando é vista unicamente sob a perspectiva do público não-estatal, se transforma, gradativamente, meramente em um serviço e não mais em um direito; para tanto, exige unicamente que o direito à educação seja prestado de forma eficiente, o que significa que visa apenas a produção de resultados, e que, por se tratar de um serviço, ou ainda, de um bem de consumo, deve atender às necessidades do mercado.

Neste período do capitalismo na era digital, percebemos que a adoção de parcerias entre o público e privado na promoção da educação faz com que a realidade social não se altere, ou seja, uma minoria, que domina o capital, continuará a deter os bens, dentre eles, o conhecimento. Ao contrário do que se possa pensar, com o estabelecimento da relação público-privada, não se permitirá que a totalidade da sociedade civil passe a ser detentora do conhecimento, disputado dentro da ordem capitalista.

Nesse cenário, o direito à educação passa a ser visto, com atividades associadas a lucratividade, por meio da ação do empresariado nacional, dos grupos financeiros e, cada vez mais, com os conglomerados educacionais globais, fortalecendo a tendência histórica de privatização do público (Pires, 2015). Para Lucia Bruno (2002):

[...] falam e procuram justificar a redução dos investimentos estatais nas políticas sociais, transferindo parte da responsabilidade sobre esses serviços para a própria classe trabalhadora, que além de sua jornada de trabalho diária (quando a tem), deve também assumir uma segunda, durante a qual haverá de produzir para si mesma aquilo que o Estado se desobrigou de fornecer-lhe. Outra parte desses serviços é transferida para o setor privado, onde estes são produzidos como mercadorias, operando-se assim a expansão do mercado de bens e serviços consumidos pela classe trabalhadora. Esse processo é bastante visível no caso da educação (Bruno, 2002, p. 27).

O que ocorre é que quem acaba controlando ou é uma pequena parcela da sociedade que detém hegemonia de classe, ou ainda o mercado, quando a sua execução é transferida para o setor privado sob a

alegação de que vai contribuir para a educação pública, aumentando a sua eficiência. Nesse processo de correlação de forças sociais, as classes dominantes buscam conquistar a hegemonia e manutenção do *staus quo ante*.

Podemos constatar que o mercado se tornou o agente regulador da vida em sociedade, e não mais o Estado, sob o argumento de que a esfera privada é mais eficiente que a esfera pública. Assim, a prestação das necessidades da população, a promoção das políticas públicas, deve ser realizada seguindo uma lógica que favoreça as relações de mercado, mesmo que isso signifique a oferta precarizada na oferta dos serviços sociais.

De fato, as consequências da relação entre o público e o privado deveriam ser questionadas, pois, o que se constata é um aumento da competitividade entre os alunos, o distanciamento dos princípios da gestão democrática, a premiação por desempenho, a ênfase nos resultados, a diminuição da autonomia pedagógica das professoras e professores, dentre outras consequências. O aumento da eficiência na educação, da melhoria da qualidade são os principais argumentos defendidos para a mudança na esfera de atuação das políticas educacionais, uma vez que a esfera privada é tida como “mais eficiente” que a esfera pública. Tal argumento é sustentado e legitimado desde os anos 1990, pois de acordo com Lisete Arelaro (2007):

Adotando estas políticas na área educacional, onde a prestação da baixa qualidade da educação pública oferecida justifica a tese de que a adoção destas “estratégias” – ainda que aparentemente provisórias – colaborariam (pois elas são “parceiras”) para tornar mais eficientes o trabalho educativo e os projetos das escolas, certamente a gestão democrática, com participação popular sempre crescente e suas intermináveis discussões, reuniões, sugestões e cobranças, é empecilho a ser superado, por desnecessário (Arelaro, 2007, p.916).

Para a autora, esse novo rearranjo na estrutura estatal, ou ainda a nova configuração da organização estatal caracteriza-se pela inserção de novos sujeitos na execução de várias funções, dentro da esfera de responsabilidade estatal e, contemporaneamente com os conglomerados globais educacionais. Desde os anos 1990, é possível destacar a forma de atuação do Estado no campo educacional, com base nas seguintes categorias: descentralização, privatização, focalização e a terceirização, com destaque

para as novas formas vinculadas ao capitalismo na era digital, como a financeirização e a plataformização. Olinda Maria Noronha (2005) afirma que,

O que se observa é exatamente o contrário: não apenas não se socializam as possibilidades de apropriação dos bens socialmente significativos (entre eles, o conhecimento), como vem polarizando-se de modo progressivo o abismo entre os que se apropriam dos benefícios produzidos pelo capitalismo e os que se pauperizam nesse movimento, [...] ao mesmo tempo em que são retirados os direitos conquistados, mediados pelos conflitos travados na esfera das relações históricas. Esses direitos estão saindo da esfera das relações entre Estado e sociedade civil (que constitui historicamente o âmbito do público) e passando gradativamente para a esfera da sociedade civil, que se estrutura atualmente como o âmbito do público-não estatal (Noronha, 2005, p.146-147).

A autora ao caracterizar o contexto relativo as reformas educacionais dos anos 1990, manifesta preocupação com a alteração do reconhecimento e do atendimento dos direitos da esfera do Estado para o público não-estatal, relativizando ou mesmo eliminando um rol de direitos e garantias historicamente conquistados. Em que pese, os direitos que continuam sob a tutela do Estado, porém a sua direção e execução respondem as orientações privatistas definidas nas esferas das relações entre as classes dirigentes e os interesses do mercado.

Tais reflexões contribuem para analisarmos o contexto atual, pois em um processo dialético, no qual se verificam continuidades e/ou descontinuidades, é possível constatar que neste período particular do capitalismo, naquilo que definimos em sua era digital (Saura; Peroni; Pires; Lima, 2024), caracterizada pela noção do tecnossolucionismo, tem-se a continuidade da centralidade das soluções educacionais ofertadas pelo privado. Em que pese, agora, deverão ser de base tecnológica e mediada pelas corporações globais associadas ao mercado financeiro.

Portanto, estamos tratando de processos de privatização, que além das soluções educacionais amplamente difundidas e que estão relacionadas a gestão, formação, currículo, dentre outros, passam a oferecer no seu rol de serviços, soluções tecnológicas e digitais, incluindo planejamento, monitoramento e avaliação dos sistemas públicos, currículo, gestão e formação. Diante disso, verificam-se processos de continuidade e

descontinuidade, pois o mercado continua sendo o principal agente regulador das políticas educacionais, mas neste período particular do capitalismo, se revela em sua matriz global e tecnológica.

No próximo tópico será apresentada a relação entre a esfera pública e organizações privadas na elaboração da Reforma do Ensino Médio, no que tange ao componente curricular Projeto de Vida, demonstrando com isso, os projetos societários em disputa e as consequências na formulação das políticas educacionais.

Reforma do Ensino Médio, o componente curricular Projeto de Vida e as novas formas de privatização na educação

A Reforma do Ensino Médio, tema em voga, é permeada por controvérsias e alvo de constantes questionamentos, ao propor modificar substancialmente a etapa final da Educação Básica, especialmente no que concerne ao currículo e ao financiamento. A partir de um balanço do primeiro ano de implementação da mencionada lei nos estados, iniciada em 2023, ainda que com peculiaridades e caminhos distintos, é possível observar alguns aspectos alarmantes em comum, a saber: a ampliação e favorecimento das parcerias com o setor privado; a inclusão de componentes curriculares sem embasamento científico e campo teórico metodológico definido, como o Projeto de Vida; o maior controle e precarização do trabalho docente e dos processos educacionais, entre outros (Anped, 2023; Cássio; Goulart, 2022). Trata-se de aspectos que sinalizam para riscos de agravamento das desigualdades educacionais, riscos previamente anunciados já com a instauração da MP nº 746/2016, demonstrando um horizonte regressivo e de recuo de efetivação do direito a uma Educação Básica de qualidade, preocupações tão caras à sociedade brasileira.

Atualmente, a Reforma do Ensino Médio ganha destaque na mídia e no debate público devido à insatisfação da comunidade educacional diante dos inúmeros retrocessos revelados em seu primeiro ano de implementação. Em 2023, estudantes, professores (as), especialistas e entidades representativas

da área vão às ruas exigindo a revogação da lei, o que aumenta a pressão para a adoção urgente de medidas e culmina na tramitação de um novo Projeto de Lei, PL 5230/2023, apresentado no Congresso Nacional para sua revisão - projeto previsto para ser debatido pelo Congresso Nacional em 2024 (Ratier, 2023; Rodrigues; Amaral; Amorozo, 2024).

Com a implementação da Reforma do Ensino Médio Lei nº 13.415/2017, a inserção do Projeto de Vida enquanto componente curricular tem sido recorrente nos currículos das diferentes redes estaduais de educação de todo o país, entendido como princípio norteador da própria Reforma, conforme previsto no artigo 35-A § 7º:

Os currículos do ensino médio deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a **construção de seu projeto de vida** e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais (Brasil, 2017 – grifo nosso).

Assim como na Reforma do Ensino Médio, a menção ao “Projeto de Vida” também adquire centralidade nas políticas e reformas educacionais atuais, tido como eixo central. Na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) está presente nas competências gerais, assim como no Parecer CNE/CEB nº 3/2018 e Resolução CNE/CEB nº 3/2018, que atualizam as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e, mais recentemente, no Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). O conjunto das reformas mencionadas podem ser consideradas indutoras da inserção do Projeto de Vida enquanto componente curricular e eixo central das atuais Reformas. Com efeito, é possível observar que tal centralidade é acompanhada pela capilaridade e expansão da atuação de institutos e fundações vinculadas ao setor privado pela via do Projeto de Vida. Como evidencia a pesquisa de Braggio e Silva (2023):

ampliaram-se as incidências de projetos educativos para o Ensino Médio promovidos por institutos vinculados ao campo econômico, como o Instituto Ayrton Senna e o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE). Pesquisas sobre Projeto de Vida e Protagonismo Juvenil, como as realizadas pela Fundação Lemann com apoio do Movimento Todos pela Educação, passaram a subsidiar a revisão da BNCC (Braggio e Silva, 2023, p. 12).

Ainda nesse sentido, as autoras destacam a incidência do Projeto de Vida no último edital do PNLD para o Ensino Médio, que contou como objeto 1 do edital livros sobre “Projetos Integradores e Projeto de Vida destinados aos estudantes e professores do Ensino Médio” (Braggio e Silva, 2023, p. 14), sendo “surpreendente o grande o número de obras inscritas e aprovadas para Projeto de vida: no total, são 24 obras de 15 editoras diferentes” (Braggio e Silva, 2023, p. 19).

No contexto de implementação da Reforma do Ensino Médio, no que se refere ao estado do Paraná, o Projeto de Vida ganha *status* de componente curricular com o devido destaque, e passa a ter carga horária elevada e obrigatória nos três anos do Ensino Médio. A rede estadual de educação do Paraná organizou o currículo em duas partes: a primeira, comporta pelo que denomina de Formação Básica Geral (FBG) e Parte Flexível Obrigatória (PFO), comum a todos (as) estudantes; e a parte dos Itinerários Formativos (IF), que oferece três possibilidades de Itinerários Integrados, além do Itinerário Formativo da Formação Técnica e Profissional (Paraná, 2022).

Convém ressaltar ainda, algumas das mudanças curriculares e consequentes parcerias estabelecidas com instituições privadas na rede paranaense, decorrentes e intensificados a partir da implementação da Reforma. Vale mencionar, ao menos, três aspectos, com forte apelo à privatização, a saber: 1) a inclusão de três novos componentes curriculares obrigatórios, com objetos do conhecimento difusos e com uma carga horária considerável, sendo eles: projeto de vida, educação financeira e pensamento computacional; 2) a adoção de um conjunto de recursos didáticos prontos, como slides, vídeo aulas, exercícios, plataformas digitais e avaliações, desenvolvidos por institutos vinculados ao setor privado, disponibilizados pela Secretaria Estadual de Educação (Barbosa, Alves, 2023); 3) Aulas à distância mediadas por tecnologia ofertada na rede pública em parceira com Instituição privada (Silva, Barbosa, Körbes, 2022; Barbosa, Pires, 2023).

Dentre os materiais e recursos didáticos pedagógicos disponibilizados para o componente curricular Projeto de Vida, vale sublinhar os *slides* prontos,

vídeo aulas e exercícios para apoio das aulas, aula por aula, produzidos em parceria com o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE) e disponibilizados para os (as) docentes da rede pública estadual.

Figura 1 – Materiais do componente curricular Projeto de Vida

Nº DA AULA	CONTEÚDO	AREA	COMPONENTE	OBJETO DE CONHECIMENTO	OBJETIVO DE APRENDIZAGEM	HABILIDADE DA ÁREA	VÍDEO AULA	SLIDES/ENCAMINHAMENTOS	DESAFIO PARANÁ (Atividade principal)	DESAFIO PARANÁ (Atividade secundária)	EXERCÍCIOS
1	A importância do Projeto de Vida	Unidade Curricular Comum	Projeto de Vida	A importância do Projeto de Vida para concretizar meus ideais. Eu, o outro e nós.	Reconhecer as questões sociais, culturais e ambientais do contexto em que vive e analisar como essas questões interferem na construção da sua subjetividade e de seus objetivos pessoais e profissionais.	(EMIFCG07) Reconhecer e analisar questões sociais, culturais e ambientais diversas, identificando e incorporando valores importantes para si e para o coletivo, que assegurem a tomada de decisões conscientes, consequentes, colaborativas e responsáveis.	https://drive.google.com/file/d/1Su8uFaEsbP0ZcDn0AbtDwtPHtGzI/view?usp=sharing	https://docs.google.com/presentation/d/19m9dMG72v58tC-DsZoyEBtZM9FwEhKZ/edit?usp=sharing&source=118965399788621417876&rfpof=true&slide=true			https://docs.google.com/document/d/1x3a8d8UAK8iCuWf852Fv5haGLdYkXm/edit?usp=sharing&source=115141132577163740118&rfpof=true&slide=true
2	Eu, o outro e nós	Unidade Curricular Comum	Projeto de Vida	A importância do Projeto de Vida para concretizar meus ideais. Eu, o outro e nós.	Compreender a importância da empatia nas relações sociais, considerando a opinião e sentimentos do outro, combatendo o preconceito e valorizando a diversidade.	(EMIFCG08) Compreender e considerar a situação, a opinião e o sentimento do outro, agindo com empatia, flexibilidade e resiliência para promover o diálogo, a colaboração, a mediação e resolução de conflitos, o combate ao preconceito e a valorização da diversidade.	https://drive.google.com/file/d/11Touo5Sd8BfncdWUzL4MncBwa1cAmZJv0eag/view?usp=sharing	https://docs.google.com/presentation/d/1VY1C9KqR5CEw-ry2GJ4gN9slc-DEEMtMue8t?usp=sharing&source=118965399788621417876&rfpof=true&slide=true			https://docs.google.com/document/d/1z24Te-hf112N3324v-11J2NBWUyH2zedit?usp=sharing&source=11588399788621417876&rfpof=true&slide=true
3	Comunicação Empática	Unidade Curricular Comum	Projeto de Vida	A resiliência nas relações sociais	Reconhecer suas qualidades e fragilidades nos aspectos físico, cognitivo e socioemocional e utilizar esse	(EMIFCG10) Reconhecer e utilizar qualidades e fragilidades pessoais com confiança para superar desafios e alcançar objetivos	https://drive.google.com/file/d/1conDTXLUgweCv3s3a8jWu8JLe-	https://docs.google.com/presentation/d/1BwX2No5F3pvmXrG50m9246DQ_CaM25V/edit?usp=sharing&source=1168653			https://docs.google.com/document/d/1c5tk8DagRmzNFC-7H7zUAVtC8of213vedit?usp=sharing&source=1168653

RCO+ Aulas 1º Trimestre 2023

Fonte: Secretaria Estadual de Educação do Paraná (2023).

A pesquisa de Barbosa e Alves (2023) analisa os materiais utilizados referentes ao componente curricular Projeto de Vida adotados pelo estado do Paraná e, além do convênio estabelecido com o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE), as autoras assinalam outros aspectos e pressupostos contidos nos materiais que merecem ser mencionados. Em termos de conteúdos, os valores mobilizados tem o apelo para o desenvolvimento de capacidades empreendedoras e para o investimento no próprio “capital emocional”, pela incentivo à cultura do desempenho, de cunho individual, “que oculta a própria natureza disfuncional do capitalismo e dos mercados e sociedades colapsadas” (Barbosa, Alves, 2023, p. 8) e “podem levar a um conjunto de patologias ao “jogar o peso da complexidade e da competição exclusivamente sobre o indivíduo” (Barbosa, Alves, 2023, p. 8).

Tais aspectos dialogam com os achados da pesquisa de Braggio e Silva (2023), ao inferirem que:

Fica evidente a vinculação das discussões do campo educacional ao discurso do campo econômico, que apontam o empreendedorismo e a parceria público/privado como caminhos para o Novo Ensino Médio, supostamente mais articulado ao cotidiano do aluno e promotor da sua autonomia, ao se intitular a "escola da escolha" (Braggio; Silva, 2023, p. 16.)

Verifica-se, por sua vez, que o projeto destinado à formação das juventudes passa a "priorizar a subjetivação da educação como uma cultura de adaptação e tornar central a concepção da formação do jovem como um empresário de si" (Demagalski, Silva, 2023, p. 01).

Fica claro, dessa forma, o alinhamento da Reforma do Ensino Médio com as novas capilaridades da privatização, mercantilização e financeirização da educação no estado do Paraná, com destaque para os recursos públicos direcionados a iniciativa privada e a forma de privatização através do currículo, que submete a escola pública aos setores privados. Corrobora-se, portanto, enquanto estratégias neoliberais que se materializam através do empresariamento da educação, e faz com que o setor privado imponha a sua lógica de mercado aos processos educacionais com implicações para o currículo escolar, este relacionado com o desenvolvimento de habilidades e competências entendidos como atributos necessários para a inserção no mundo do trabalho neoliberal.

Por fim, o que se verifica na atualidade é mais que uma tendência, a consolidação do mercado educacional financeiro, com destaque para os conglomerados educacionais brasileiros, interna e internacional, que trazem perdas para um projeto societário de justiça social, no qual proliferam as concepções individualistas, a concorrência, a competitividade. Vale lembrar o diagnóstico e alerta de Harvey (2008), de que a diminuição das políticas sociais, o aumento do desemprego, os ajustes estruturais e a exacerbação da competitividade e do individualismo provocam o caos social e civilizatório.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do estudo, partimos do entendimento de que a relação entre o setor público e o privado se modificou ao longo do tempo, porém mantém algumas características comuns, quando comparamos o processo de reconfiguração da ação estatal nos anos 1990, consequência da crise do capitalismo dos anos 1970 e, o avanço do capitalismo em sua era digital, a partir de 2008, a partir da crise estrutural do modelo econômico capitalista, mediado pelo poderio e influência dos conglomerados educacionais globais.

Um traço comum é a permanência da relação capital e a educação, na medida que a cada crise econômica, os Estados passam por processos de reformulação de sua agenda social e educacional, a adoção de reformas estatais, com vistas ao bom funcionamento do mercado, sendo a educação, bem como os demais direitos sociais passam a ser executados com base em orientações privatistas, tais como a eficiência, a competitividade e os resultados, independentemente dos meios utilizados para atingi-los.

No caso brasileiro, desde a década de 1990, conceitos como o do quase-mercado e do público não-estatal, acabam por redefinir o papel do Estado. O Estado deixa de ser o principal promotor dos direitos sociais, passando a figurar como o financiador fiscalizador na execução desses direitos, dentre eles, a educação. Com relação a essa conjuntura, destacamos a promulgação do PDRAE, no qual foram estabelecidos quatro setores estratégicos de atuação estatal para o atendimento de políticas. A educação passou a figurar como uma ação não-exclusiva do Estado.

Para tanto foi proposta a transferência da promoção do direito à educação para o público não-estatal e o quase-mercado, entendidos enquanto esferas de atuação privada dentro do espaço público. Com o avanço do capitalismo na era digital, o real se constitui em um movimento permeado por contradições entre corporações globais e setores da sociedade brasileira com interesses e pautas distintas e que estão em constante transformação, na medida em que não estamos tratando de situações estáticas.

Ao analisar a ampliação das formas de privatização da educação via currículo, localizamos na elaboração do componente curricular Projeto de Vida, por meio da relação entre o estado do Paraná e o ICE, enquanto forma de privatização que estabelece relação com outros processos, quais sejam, a mercantilização, financeirização e plataformização da educação. Cabe, portanto, reconhecer o potencial de luta e articulação dos segmentos sociais que defendem a educação pública e considerar estratégias para superar o avanço das pautas privatistas, como no caso da Reforma do Ensino Médio e a articulação em torno do Projeto de Vida.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss1/articles/adriao.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2023.

ANPED. Ensino Médio: o que as pesquisas têm a dizer? Subsídios para a Consulta Pública. **Relatório Final**. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: https://www.anped.org.br/sites/default/files/images/relatorio_final_-_seminarios_anped_ensino_medio_-_o_que_as_pesquisas_tem_a_dizer_-_aprovado_28-06.pdf. Acesso em: 05 jul. 2023.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

ARELARO, L. R.G. Formulação e implementação das políticas públicas em educação e as parcerias público-privadas: impasse democrático ou mistificação política?. **Educ. Soc.** [online]. 2007, vol. 28, no. 100. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em: 05 jul. 2023.

BARBOSA, R. P.; ALVES, N. Aprender a Empreender: reflexões sobre um projeto de vida danificado. **Currículo sem Fronteiras**, v. 23, e1140, 2023. ISSN 1645-1384 (online). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.35786/1645-1384.v23.1140>. Acesso em: 15 abr. 2024.

BARBOSA, R. P.; PIRES, D. O. A reforma do ensino médio e a expansão dos processos de privatização do currículo escolar. In: **Reunião Nacional Da Anped**, 41., 2023, online. Resumo expandido... Rio de Janeiro: ANPEd, 2023. p. 13497. GT09 - Trabalho e Educação. ISSN 2447-2808. Disponível em: https://base.pro.br/sites/41anped/docs/13497-TEXTO_PROPOSTA_COMPLETO.pdf. Acesso em: 15 abr. 2024.



BRAGGIO, A. K.; SILVA, R. da. O projeto de vida no Novo Ensino Médio. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 18, n. 00, p. e023041, 2023. DOI: 10.21723/riiae.v18i00.16266. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/16266>. Acesso em: 15 março. 2024.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, DF, 1995.

BRASIL. **Medida Provisória nº 746**, de 22 de setembro de 2016. Estabelece a reforma do ensino médio. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 de setembro de 2016.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Dispõe sobre a reforma do ensino médio e altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 de fevereiro de 2017. Disponível em: <https://cutt.ly/AnaK7Q4>. Acesso em: 25 mar. 2022.

BRUNO, L. Gestão da Educação: Onde Procurar o Democrático? In. OLIVEIRA, Dalila Andrade; ROSAR, Maria de Fatima Felix (orgs). **Política e Gestão da Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

CÁSSIO, F; GOULART, D. C. A implementação do Novo Ensino Médio nos estados: das promessas da reforma ao ensino médio nem-nem. **Retratos da Escola**, v. 16, n. 35, p. 285-293, 2022. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1620>. Acesso em: 05 mai. 2023.

DEMOGALSKI, T.; SILVA, M. R. O Instituto Ayrton Senna E A Reforma Do Ensino Médio: uma análise dos materiais produzidos para o Ensino Médio Integral de Tempo Integral (EMITI) em Santa Catarina. **Revista Exitus**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. e023045, 2023. DOI: 10.24065/2237-9460.2023v13n1ID2216. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.ufopa.edu.br/index.php/revistaexitus/article/view/2216>. Acesso em: 5 jun. 2024.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

GIDDENS, A. **A Terceira Via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

JESSOP, B. **El Estado**. Pasado, presente y futuro. Los libros de la catarata, 2017.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo/Campinas: Boitempo Editorial/Editora da Unicamp, 2002.

NORONHA, O. M. O Público e o Privado: Teorias e Configurações nas Práticas Educativas. In. LOMBARDI, J. C.; JACOMELI, M. R. M.; SILVA, T. M. T. S. (orgs). **O**

Público e o Privado na História da Educação Brasileira. Concepções e Práticas Educativas. São Paulo: Autores Associados, 2005.

OLIVEIRA, D.O; DUARTE, A.W.B; CLEMENTINO, AM. A nova gestão pública no contexto escolar e os dilemas dos (as) diretores (as). **RBPAE** - v. 33, n. 3, p. 707 - 726, set./dez. 2017.

PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação. Diretoria de Educação. Diretoria de Planejamento e Gestão Escolar. Instrução Normativa Conjunta nº 009/2022. Dispõe sobre a Matriz Curricular do novo modelo de oferta para o Ensino Médio na rede pública estadual de ensino do Paraná a partir do ano letivo de 2022. **Legislação do Estado do Paraná**, Paraná, 2022. Disponível em: <https://www.documentador.pr.gov.br/documentador/pub.do?action=d&uid=@gff-escriba-seed@00383a8e-1278-4a3b-b549-be29c9e76ea8&emPg=true>. Acesso em: 10 jul. 2023.

PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação. **Organização do Cronograma de Conteúdos por Componente Curricular.** 1º Trimestre - 2023. Projeto de Vida – 1ª Série. Curitiba, 2023.

PERONI, V. M. Vidal; BAZZO, V. L.; PEGORARO, L.; COSTA, Á. C. C. (orgs). **Dilemas da educação brasileira em tempos de globalização neoliberal: entre o público e o privado.** Porto Alegre: UFRGS, 2006.

PIRES, D. P. **A construção histórica da relação público-privada na promoção do direito à educação no Brasil.** 2015.(Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2015.

RIKOWSKI, G. Privatização em educação e formas de mercadoria. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 393-413, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.22420/rde.v11i21.810>. Acesso em: 07 mar. 2023.

RATIER, R. 'Sem salvação': mais de 300 entidades pedem fim da reforma do Ensino Médio. **Uol**, 06/03/2023. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/rodrigo-ratier/2023/03/06/sem-salvacao-mais-de-300-entidades-pedem-fim-da-reforma-do-ensino-medio.htm>. Acesso em: 07 mar. 2023.

RODRIGUES, L.; AMARAL, L.; AMOROZO, M. MEC e Câmara ainda buscam acordo sobre Novo Ensino Médio, mas relator prevê votação nesta semana. **CNN Brasil**, 17 mar. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/mec-e-camara-ainda-buscam-acordo-sobre-novo-ensino-medio-mas-relator-preve-votacao-nesta-semana/>. Acesso em: 15 abr. 2024.

SANFELICE, J. L. **Da escola estatal burguesa à escola democrática e popular: considerações historiográficas.** In. LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.;



NASCIMENTO, M. I. M. (orgs.) A Escola Pública no Brasil: História e historiografia. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

SAURA, G.; PERONI, V. M. V.; PIRES, D. O.; LIMA, P. V.. Privatização da educação na era digital do capitalismo e as implicações para a democracia. In: FARENZENA, N.; HAAS, C.; MIRANDA, É. L. **Políticas públicas, direito à educação e inclusão escolar**: percursos da pesquisa na pós-graduação. Porto Alegre: Cirkula, 2024.

SILVA, M. R.; BARBOSA, R. P.; KÖRBES, C. A reforma do ensino médio no Paraná: dos enunciados da Lei 13.415/17 à regulamentação estadual. **Retratos da Escola**, v. 16, n. 35, p. 399–417, 2022. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1473>. Acesso em: 27 mar. 2023.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional**. 1. ed. São Paulo: editora DP&A, 2004.

Recebido em: 20 de abril de 2024.

Aprovado em: 16 de agosto de 2024.

Publicado em: 27 de setembro de 2024.

